

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na audição em  
sede de Comissão de Defesa Nacional**

Assembleia da República, Lisboa, 28 de setembro de 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Quero começar por dar conta da grande importância que atribuo a esta audição na Comissão de Defesa Nacional. No quadro dos poderes legais atribuídos à Assembleia da República, esta é uma ocasião para fazermos em conjunto o balanço no final de duas décadas de empenhamento de Forças Nacionais Destacadas portuguesas no Afeganistão, desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Começo por sublinhar precisamente que as sucessivas missões da NATO, mandatadas para o efeito pela Organização das Nações Unidas, foram a nossa resposta solidária ao mais mortífero ataque terrorista da história, preparado, planeado e coordenado pela Al-Qaeda a partir do refúgio que lhes era dado pelos Talibãs, no Afeganistão. Visando deliberadamente matar o maior número possível de civis, o 11 de setembro de 2001 causou a morte de mais de 2900 pessoas, entre as quais 9 portugueses e luso-descendentes. E motivou, por isso, pela primeira e única vez, a evocação do Artigo 5º do Tratado fundador da NATO. Este é, como sabem, o artigo que garante que o ataque a um dos Estados

membros será tratado como se fosse igualmente um ataque a todos os demais. Nestas circunstâncias, e independentemente de outras razões, nunca poderíamos ter recusado a nossa participação nestas missões, que foram as primeiras operações prolongadas e conjuntas de combate da história da Aliança Atlântica.

É hoje evidente que não foram atingidos todos os objetivos destas missões. No entanto, um objetivo absolutamente vital para a segurança de Portugal foi plenamente atingido – o do reforço da credibilidade do Artigo 5º e com ele da própria NATO como pilar da segurança e da paz do espaço euro-atlântico em que nos inserimos. Também foi atingido um segundo objetivo fundamental, nomeadamente impedir que outros ataques terroristas fossem levados a cabo contra os nossos países a partir do Afeganistão.

Neste balanço é igualmente fundamental destacar as excepcionais qualidades humanas e operacionais reveladas pelos nossos e pelos nossos militares em múltiplas e diversas missões, neste cenário de grande exigência e extremo risco, de tal forma que

muitos outros contingentes, ao contrário do nosso, operavam com grandes restrições ao seu emprego efetivo.

Ao longo destas duas últimas décadas, Portugal enviou para o Afeganistão quatro mil seiscentos e vinte militares dos três Ramos das Forças Armadas. Quero aqui agradecer publicamente a forma exemplar como esses militares desempenharam as tarefas de que foram incumbidos.

Incluo neste agradecimento a equipa de quatro militares enviados para coordenar a evacuação de refugiados afegãos ligados às forças das NATO, em coordenação com os nossos parceiros que ainda mantinham forças no terreno, e em circunstâncias de risco muito elevado que se viveram em Cabul nos últimos dias de agosto.

Podemos, numa democracia, discutir livremente se estas missões fizeram ou não sentido para o nosso entendimento da defesa dos valores e dos interesses de Portugal, e da minha parte a resposta é inequivocamente positiva. Mas independentemente desse debate, não devemos deixar de valorizar os militares portugueses

que, no Afeganistão, serviram o nosso país com dedicação, com empenho na relação com a população civil, com sacrifício heroico, inclusive da própria vida. Temos o dever de recordar, neste momento de balanço e a toda a hora, que no Afeganistão perderam a vida ao serviço de Portugal, dois dos nossos melhores: o primeiro-sargento de infantaria comando João Roma Pereira; e o soldado paraquedista Sérgio Pedrosa; vários outros regressaram feridos.

Permitam-me um breve relato histórico. De 2002 e até 2014 tivemos a Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF), mandatada pelas Nações Unidas e constituída por forças de mais de 30 países. Ela foi substituída a partir de 2015 e até ao final de maio de 2021 pela missão da NATO *Resolute Support*, também mandatada pelo Conselho de Segurança, com o objetivo de transferir para o governo do Afeganistão, de forma responsável, a tarefa de manutenção da segurança no seu país.

Nestas duas missões as nossas Forças Armadas participaram com múltiplas capacidades, incluindo nomeadamente:

- uma equipa sanitária para apoio às forças da coligação, que trabalhava também nos centros de saúde locais;

- vários destacamentos de C-130, equipas de controladores de tráfego e controladores aéreos táticos, equipas de bombeiros e meteorologistas;
- várias forças de intervenção rápida de comandos e paraquedistas;
- várias equipas de mentoria e ligação operacional, bem como de formadores e instrutores para capacitação das forças afegãs;
- célula de informações, fundamental num conflito com um inimigo apostado em levar a cabo ataques surpresa;
- forças de reação rápida, que nos últimos anos garantiram a segurança do Aeroporto da capital afegã.

Aquilo que resulta desta experiência, essencialmente, é a confirmação de que podemos contar com as nossas Forças Armadas como um instrumento excepcional para a nossa ação externa, e para o prestígio do nosso país junto de parceiros e aliados.

Dito isto, é evidente que as missões no Afeganistão não atingiram todos os objetivos desejados. Decorre atualmente na NATO, uma reflexão aprofundada e cuidada, no sentido de recolher lições

quer ao nível tático e operacional, quer ao nível estratégico. Este trabalho contribuirá certamente para os novos documentos estratégicos orientadores – ao nível da NATO, da EU e também em Portugal, previstos para o ano de 2022.

É evidente que com o colapso do governo afegão e a entrada em Cabul dos Talibã, muito daquilo que foi alcançado ao longo destes anos deixa de ter viabilidade, desde o respeito dos direitos humanos, em particular os direitos das mulheres, passando pelo combate aos santuários do terrorismo. Esta realidade obriga a uma análise cuidada da relação entre objetivos e meios ao longo destas duas décadas.

Uma primeira reflexão, em meu entender, é que é sempre preciso lucidez de propósitos nas nossas intervenções militares externas. A projeção de meios militares deve obedecer a prioridades estratégicas que sejam pragmáticas e realistas.

Em segundo lugar, o que se passou no Afeganistão recorda a lição evidente de que não queremos e não podemos substituir-nos aos atores locais na procura da paz e da segurança. Devemos,

portanto, ser eficazes no trabalho de treino e capacitação de forças de parceiros locais que sejam adaptadas e sustentáveis no contexto local.

Em terceiro lugar, talvez a conclusão mais importante seja que temos de melhorar os mecanismos de diálogo político e estratégico transatlântico. Este processo tem forçosamente de incluir o reforço da dimensão de defesa da UE e, conseqüentemente, do contributo europeu para a NATO.

Para terminar, destacaria que num inquérito de opinião recente 69% dos portugueses consideram que iremos viver durante a próxima década num mundo cada vez mais perigoso. Infelizmente, creio que têm razão. O terrorismo e outras formas de criminalidade transnacional não vão desaparecer. Várias potências rearmam-se a grande velocidade, tirando o máximo partido de tecnologias disruptivas emergentes. Assistimos cada vez mais a eventos climáticos extremos que resultam em emergências complexas, na resposta às quais as Forças Armadas têm mostrado ser indispensáveis.



Em suma, a sociedade portuguesa percebe claramente que vivemos num mundo que está longe de ser pacífico. Neste contexto, sem meios militares adequados não há atores estratégicos credíveis a nível internacional. Felizmente, Portugal é um dos países mais seguros do mundo e a Europa é o continente mais pacífico a nível global. Seria, porém, um erro trágico sermos complacentes, e não continuarmos a investir na nossa defesa, nas nossas parcerias e alianças, como as melhores garantias da dissuasão de ameaças e da defesa eficaz contra elas.

Muito obrigado pela vossa atenção.